



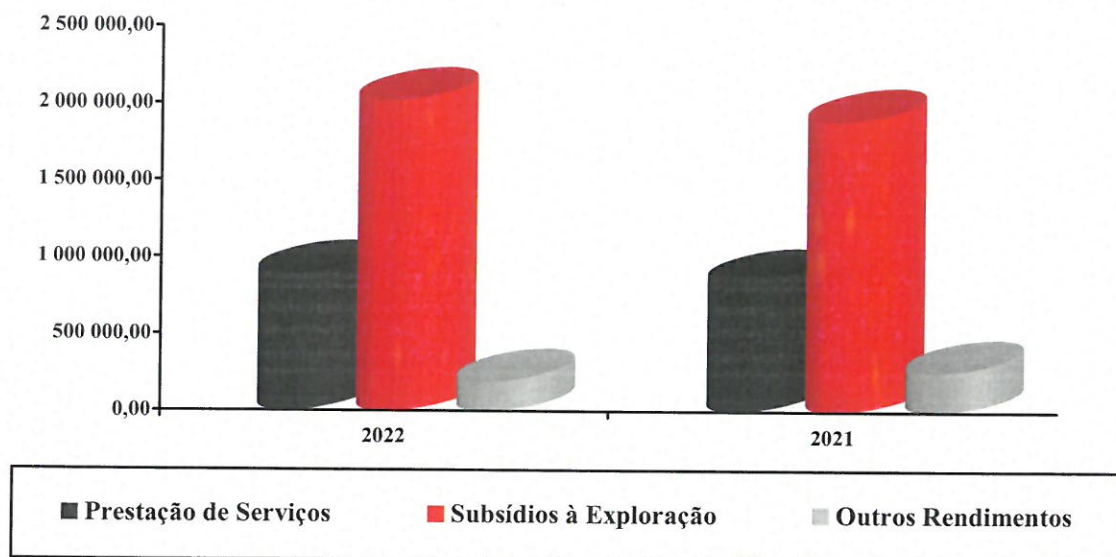
Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

CONTAS DE GERÊNCIA 2022

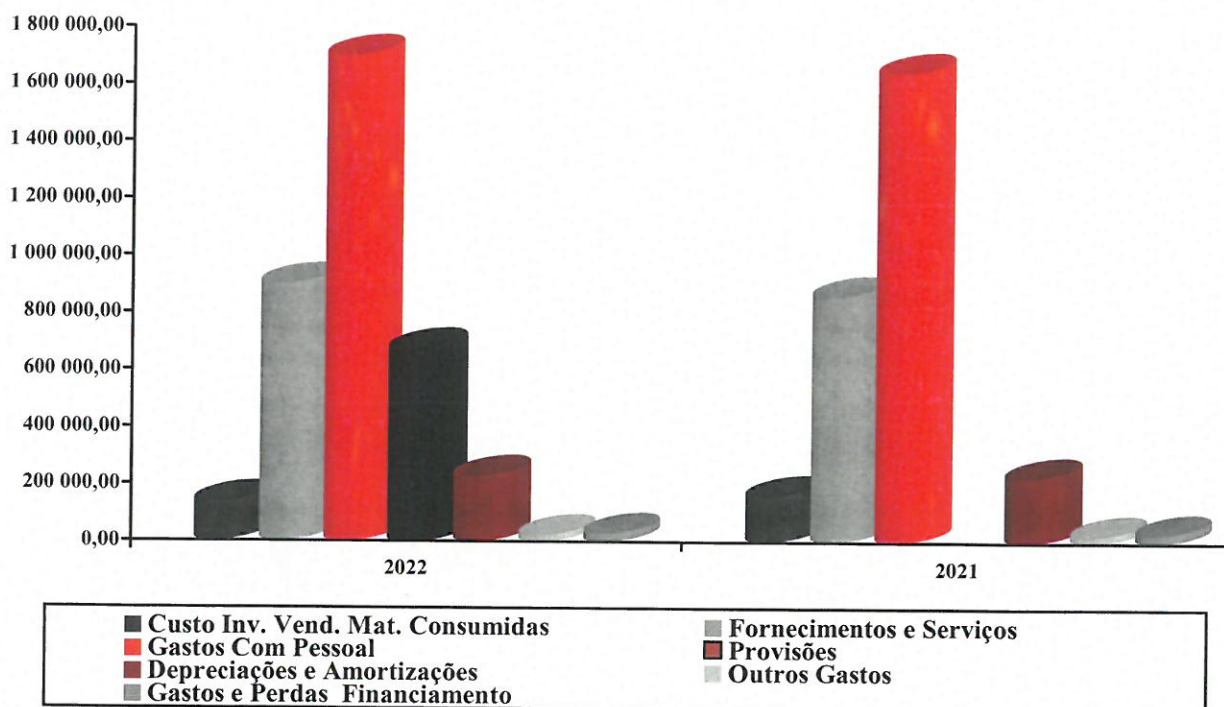


GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



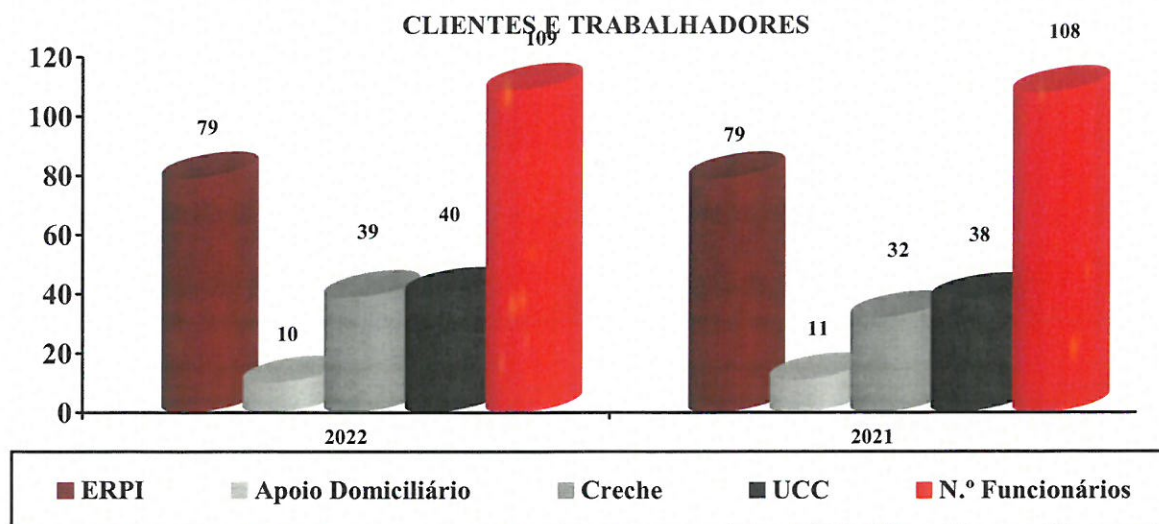
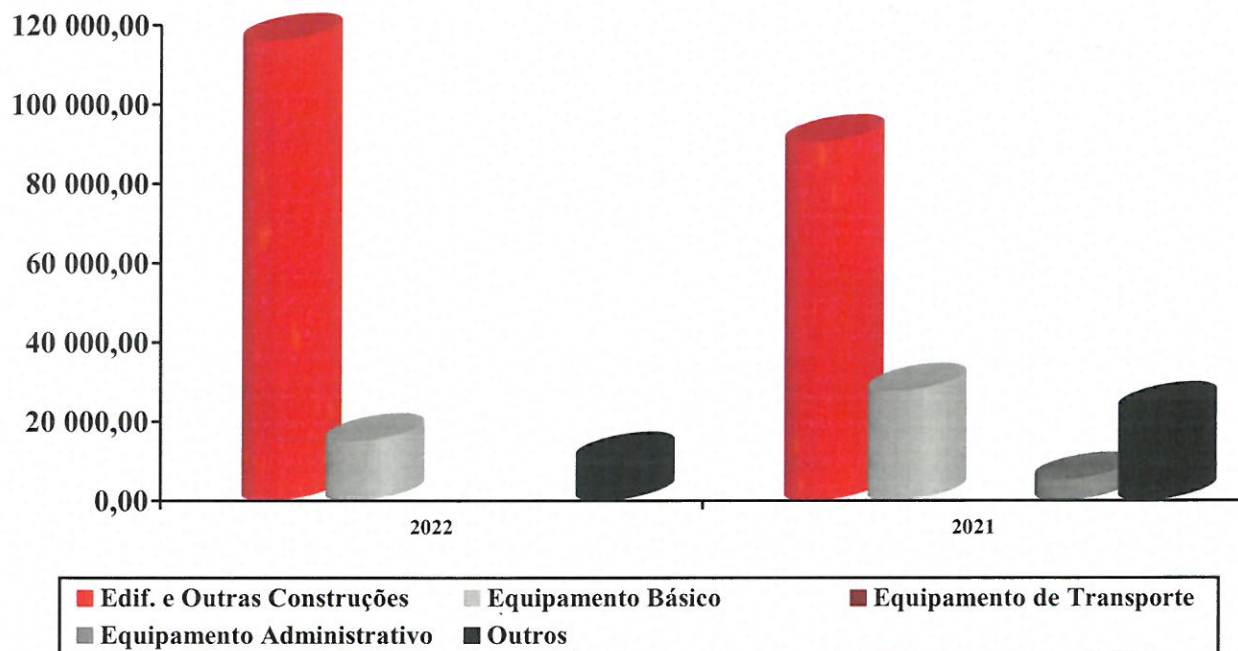
GASTOS





1

INVESTIMENTOS





Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Rendimentos	2022 (A)	2021 (B)	A - B	2022 (D)	A - D
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
- Infância e Juventude	30.000,51 €	35.611,05 €	-5.610,54 €	35.000,00 €	-4.999,49 €
- Creche	30.000,51 €	35.611,05 €	-5.610,54 €	35.000,00 €	-4.999,49 €
- Terceira Idade	673.087,63 €	634.121,12 €	38.966,51 €	651.000,00 €	22.087,63 €
- ERPI	655.953,42 €	616.521,55 €	39.431,87 €	635.000,00 €	20.953,42 €
- Apoio Domiciliário	17.134,21 €	17.599,57 €	-465,36 €	16.000,00 €	1.134,21 €
- Unidade de cuidados continuados	157.569,59 €	167.279,12 €	-9.709,53 €	167.000,00 €	-9.430,41 €
- Quotizações e jóias	2.304,00 €	2.292,00 €	12,00 €	2.300,00 €	4,00 €
- Outras prestações de serviços	24.547,93 €	28.261,67 €	-3.713,74 €	25.000,00 €	-452,07 €
Total 72	887.509,66 €	847.221,53 €	40.288,13 €	880.300,00 €	7.209,66 €
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- Infância e Juventude	167.432,19 €	143.456,79 €	23.975,40 €	159.600,00 €	7.832,19 €
- Creche	167.432,19 €	143.456,79 €	23.975,40 €	159.600,00 €	7.832,19 €
- Terceira Idade	518.781,24 €	473.919,20 €	44.862,04 €	508.700,00 €	10.081,24 €
- ERPI	475.064,48 €	427.914,80 €	47.149,68 €	466.700,00 €	8.364,48 €
- Apoio Domiciliário	43.716,76 €	46.004,40 €	-2.287,64 €	42.000,00 €	1.716,76 €
- Unidade de cuidados continuados	988.296,53 €	873.975,71 €	114.320,82 €	860.000,00 €	128.296,53 €
- Serviço de Atend. E Acomp. Social	79.341,00 €	70.649,40 €	8.691,60 €	75.000,00 €	4.341,00 €
- IEFEP	39.597,58 €	57.290,71 €	-17.693,13 €	46.000,00 €	-6.402,42 €
- Compensação RMMG	4.256,00 €	1.605,50 €	2.650,50 €	4.200,00 €	56,00 €
- Segurança Social - Adaptar Social +	2.256,96 €	3.040,00 €	-783,04 €		2.256,96 €
- Autarquias	216.000,00 €	266.000,00 €	-50.000,00 €	266.000,00 €	-50.000,00 €
Total 75	2.015.961,50 €	1.889.937,31 €	126.024,19 €	1.919.500,00 €	96.461,50 €
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor		821,42 €	-821,42 €	50,00 €	-50,00 €
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Descontos de p. pagamento obtidos	251,83 €	87,52 €	164,31 €	300,00 €	-48,17 €
- Participação energia	100,00 €	789,33 €	-689,33 €		100,00 €
- Transporte de utentes	748,21 €	3.299,50 €	-2.551,29 €		748,21 €
- Imputação de subs. para investimentos	87.151,44 €	87.151,44 €		87.000,00 €	151,44 €
- Benefícios pen. contratuais	3.394,77 €	1.356,36 €	2.038,41 €	1.300,00 €	2.094,77 €
- Donativos	2.105,37 €	3.460,59 €	-1.355,22 €	1.000,00 €	1.105,37 €
- Correções rel. períodos anteriores	6.537,96 €	50.365,72 €	-43.827,76 €	5.700,00 €	837,96 €
- Subsídio de refeição em espécie	87.901,08 €	88.390,74 €	-489,66 €	90.000,00 €	-2.098,92 €
- Outros não especificados	933,29 €	20.401,63 €	-19.468,34 €		933,29 €
Total 78	189.123,95 €	255.302,83 €	-66.178,88 €	185.300,00 €	3.823,95 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	3.092.595,11 €	2.993.283,09 €	99.312,02 €	2.985.150,00 €	107.445,11 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	14.476,46 €	54.682,96 €	-40.206,50 €	-107.380,00 €	121.856,46 €
--	--------------------	--------------------	---------------------	----------------------	---------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2022	2021
Infância e Juventude		
Creche	39 (P44)	40
Terceira Idade		
ERPI	79 (P80)	80
Apoio Domiciliário	10 (P20)	11
Unidade Cuidados Continuados	40 (P40)	40

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2022	109
2021	106

Investimentos		
	2022	2021
Edifícios	116.061,80 €	90.421,73 €
Equipamento Básico	14.983,91 €	27.645,30 €
Equipamento Administrativo		5.260,12 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10.285,84 €	22.878,37 €
AFT em curso		30.984,84 €
Total	141.331,55 €	177.190,36 €

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC nº 39242



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2022 (A)	2021 (B)	A - B	2022 (D)	A - D
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	33.011,50 €	27.777,90 €	5.233,60 €	29.000,00 €	4.011,50 €
- Medicamentos e consumíveis	101.910,71 €	131.540,84 €	-29.630,13 €	146.000,00 €	-44.089,29 €
Total 61	134.922,21 €	159.318,74 €	-24.396,53 €	175.000,00 €	-40.077,79 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	201.827,93 €	212.875,77 €	-11.047,84 €	205.000,00 €	-3.172,07 €
- Trabalhos especializados	105.312,99 €	209.265,35 €	-103.952,36 €	105.000,00 €	312,99 €
- Publicidade e propaganda	858,74 €	610,77 €	247,97 €	650,00 €	208,74 €
- Vigilância e segurança	427,14 €	6.896,15 €	-6.469,01 €	7.000,00 €	-6.572,86 €
- Honorários	66.702,98 €	5.341,00 €	61.361,98 €	70.000,00 €	-3.297,02 €
- Rouparia	20.437,36 €	27.540,65 €	-7.103,29 €	26.000,00 €	-5.562,64 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	39.293,59 €	46.454,69 €	-7.161,10 €	50.000,00 €	-10.706,41 €
- Serviços bancários	441,20 €	499,68 €	-58,48 €	500,00 €	-58,80 €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração,	295,20 €	18,43 €	276,77 €		295,20 €
- Ferramentas e utensílios	5.021,61 €	7.912,53 €	-2.890,92 €	6.000,00 €	-978,39 €
- Material de escritório	8.335,18 €	6.320,77 €	2.014,41 €	7.300,00 €	1.035,18 €
- Artigos p/ oferta	2.927,17 €	45,29 €	2.881,88 €	3.000,00 €	-72,83 €
- Encargos com utentes	25.938,55 €	538,56 €	25.399,99 €	25.000,00 €	938,55 €
- Eletricidade	86.796,44 €	78.982,59 €	7.813,85 €	79.000,00 €	7.796,44 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	271.495,22 €	189.039,77 €	82.455,45 €	300.000,00 €	-28.504,78 €
- Água	6.526,15 €	9.223,07 €	-2.696,92 €	10.000,00 €	-3.473,85 €
- Ar medicinal		10.979,15 €	-10.979,15 €	11.000,00 €	-11.000,00 €
- Deslocações e estadas	2.637,44 €	3.693,80 €	-1.056,36 €	3.500,00 €	-862,56 €
- Rendas e alugueres	246,00 €	944,13 €	-698,13 €	300,00 €	-54,00 €
- Comunicação	8.550,45 €	9.966,63 €	-1.416,18 €	10.000,00 €	-1.449,55 €
- Seguros	7.234,40 €	7.144,36 €	90,04 €	9.500,00 €	-2.265,60 €
- Contencioso e notariado	186,00 €	15,00 €	171,00 €	200,00 €	-14,00 €
- Despesas de representação	504,53 €	607,99 €	-103,46 €	600,00 €	-95,47 €
- Limpeza, higiene e conforto	36.475,11 €	24.858,68 €	11.616,43 €	38.000,00 €	-1.524,89 €
- Outros fornecimentos e serviços	20,19 €		20,19 €	400,00 €	-379,81 €
Total 62	898.491,57 €	859.774,81 €	38.716,76 €	967.950,00 €	-69.458,43 €
63. Gastos com o pessoal					
- Remunerações	1.405.862,05 €	1.363.902,60 €	41.959,45 €	1.383.000,00 €	22.862,05 €
- Encargos com segurança social	266.079,34 €	248.622,21 €	17.457,13 €	269.000,00 €	-2.920,66 €
- Seguros de acidentes no trabalho	18.174,84 €	19.487,59 €	-1.312,75 €	19.000,00 €	-825,16 €
- Outros gastos com pessoal	8.405,46 €	10.180,68 €	-1.775,22 €	2.500,00 €	5.905,46 €
Total 63	1.698.521,69 €	1.642.193,08 €	56.328,61 €	1.673.500,00 €	25.021,69 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	227.668,43 €	225.450,83 €	2.217,60 €	228.000,00 €	-331,57 €
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor	1.058,92 €		1.058,92 €	200,00 €	858,92 €
67. Provisões do período	67.598,61 €		67.598,61 €		67.598,61 €
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	2.357,52 €	9.413,35 €	-7.055,83 €	3.000,00 €	-642,48 €
- Correções rel. períodos anteriores	16.647,25 €	10.010,55 €	6.636,70 €	15.400,00 €	1.247,25 €
- Quotizações	2.600,00 €	1.980,00 €	620,00 €	1.980,00 €	620,00 €
- Dívidas incobráveis		1.097,33 €	-1.097,33 €		
- Multas	0,25 €	21,92 €	-21,67 €		0,25 €
- Outros não especificados		61,83 €	-61,83 €		
Total 68	21.605,02 €	22.584,98 €	-979,96 €	20.380,00 €	1.225,02 €
69. Gastos e perdas de financiamento	28.252,20 €	29.277,69 €	-1.025,49 €	27.500,00 €	752,20 €
Total Gastos	3.078.118,65 €	2.938.600,13 €	139.518,52 €	3.092.530,00 €	-14.411,35 €

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC nº 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2022)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2022, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 14.476,46€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2022	2021	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	887.509,66	847.221,53	40.288,13	4,76%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)



Quadro da evolução dos gastos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	134.922,21	159.318,74	-24.396,53	-15,31%
FSE	898.491,57	859.774,81	38.716,76	4,50%
Subcontratos	201.827,93	212.875,77	-11.047,84	-5,19%
Trabalhos especializados	105.312,99	209.265,35	-103.952,36	-49,67%
Publicidade e propaganda	858,74	610,77	247,97	40,60%
Honorários	66.702,98	5.341,00	61.361,98	1148,89%
Conservação e reparação	39.293,59	46.454,69	-7.161,10	-15,42%
Ferramentas e utensílios	5.021,61	7.912,53	-2.890,92	-36,54%
Artigos para oferta	2.927,17	45,29	2.881,88	6363,17%
Electricidade	86.796,44	78.982,59	7.813,85	9,89%
Combustíveis	271.495,22	189.039,77	82.455,45	43,62%
Deslocações e estadas	2.637,44	886,30	1.751,14	197,58%
Comunicação	8.550,45	9.966,63	-1.416,18	-14,21%
Despesas de representação	504,53	607,99	-103,46	-17,02%
Outros	106.562,48	97.786,13	8.776,35	8,98%
Gastos com pessoal	1.698.521,69	1.642.193,08	56.328,61	3,43%
Provisões (aumentos/reduções)	67.598,61		67.598,61	
Aumentos/reduções de justo valor	1.058,92		1.058,92	
Depreciações e amortizações	227.668,43	225.450,83	2.217,60	0,98%
Outros gastos e perdas	21.605,02	22.584,98	-979,96	-4,34%
Juros	28.037,20	29.097,69	-1.060,49	-3,64%
Outros gastos e perdas financiamento	215,00	180,00	35,00	19,44%
Total dos gastos e perdas financ.	28.252,20	29.277,69	-1.025,49	-3,50%
Total dos gastos e perdas	3.078.118,65	2.938.600,13	139.518,52	4,75%

Em 2022, procedeu-se à alteração da contabilização das faturas-recibo dos prestadores de serviços, da conta de trabalhos especializados para a conta de honorários, razão pela qual esta última apresenta um aumento exponencial face ao período de 2021.

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2022 a 2.903.471,16€ (2.737.158,84€ em 2021).



Evolução dos rendimentos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	887.509,66	847.221,53	40.288,13	4,76%
Subsídios à exploração	2.015.961,50	1.889.937,31	126.024,19	6,67%
Ganhos por aumentos de justo valor		821,42	-821,42	-100,00%
Outros rendimentos	189.123,95	255.302,83	-66.178,88	-25,92%
Total dos rendimentos	3.092.595,11	2.993.283,09	99.312,02	3,32%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das adições de ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	116.061,80	90.421,73	25.640,07	28,36%
Equipamento básico	14.983,91	27.645,30	-12.661,39	-45,80%
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo		5.260,12	-5.260,12	-100,00%
Outros ativos fixos tangíveis	10.285,84	22.878,37	-12.592,53	-55,04%
AFT em curso		30.984,84	-30.984,84	-100,00%
Total	141.331,55	177.190,36	-35.858,81	-20,24%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	59.629,30	59.629,30		
Edifícios	7.068.690,95	6.952.629,15	116.061,80	1,67%
Equipamento básico	801.050,51	786.066,60	14.983,91	1,91%
Equipamento de transporte	186.021,32	186.021,32		
Equipamento administrativo	124.613,45	124.613,45		
Outros ativos fixos tangíveis	215.201,58	204.915,74	10.285,84	5,02%
AFT em curso	33.716,59	33.716,59		
Total	8.488.923,70	8.347.592,15	141.331,55	1,69%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 336.331,06€ (204.392,70€ em 2021).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.562.945,36€ (1.687.470,50€ em 2021).



7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.



11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 14.476,46€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Montalegre, 16 de março de 2023

A Mesa Administrativa



Moeda: EUR

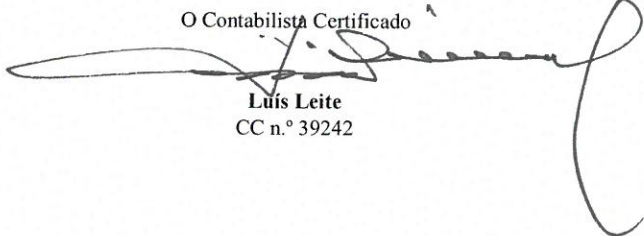
Balanço Individual em 31-12-2022

Balanco Individual em 31-12-2022

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4.927.451,69	5.004.880,71
Ativos intangíveis	6	6.271,95	7.653,56
Investimentos financeiros	7	20.410,13	17.588,44
		4.954.133,77	5.030.122,71
Ativo corrente			
Inventários	8	42.172,70	64.310,33
Créditos a receber	15.1	117.969,64	104.256,33
Estado e outros entes públicos	15.2	13.444,75	16.586,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	15.1	4.233,50	3.710,50
Diferimentos	15.5	29.468,94	9.330,38
Outros ativos correntes	15.1; 15.3; 15.4	200.683,17	79.839,81
Caixa e depósitos bancários	4	383.306,26	507.254,07
		791.278,96	785.287,48
Total do ativo		5.745.412,73	5.815.410,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.2	240.804,23	240.804,23
Resultados transitados	12.2	1.282.020,84	1.227.337,88
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12.2	2.517.576,18	2.604.727,62
		4.040.401,25	4.072.869,73
Resultado líquido do período	12.2	14.476,46	54.682,96
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial	12.2	4.054.877,71	4.127.552,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	67.598,61	
Financiamentos obtidos	12.1	1.068.605,40	1.205.344,45
		1.136.204,01	1.205.344,45
Passivo corrente			
Fornecedores	15.1	18.205,28	21.281,56
Estado e outros entes públicos	15.2	46.100,84	62.491,11
Financiamentos obtidos	12.1	137.419,44	134.933,29
Diferimentos	15.5	59.991,05	387,00
Outros passivos correntes	15.1; 15.3; 15.4	292.614,40	263.420,09
		554.331,01	482.513,05
Total do passivo		1.690.535,02	1.687.857,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.745.412,73	5.815.410,19

A Entidade

O Contabilista Certificado


Luís Leite
CC n.º 39242



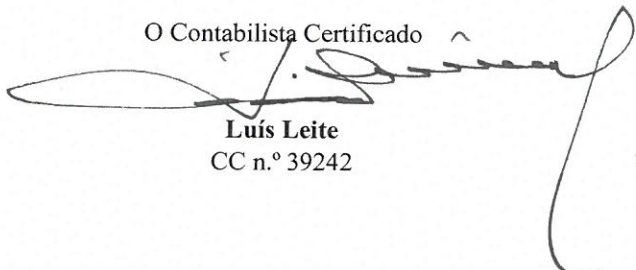
Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	887.509,66	847.221,53
Subsídios, doações e legados à exploração	11	2.015.961,50	1.889.937,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-134.922,21	-159.318,74
Fornecimentos e serviços externos	15.6	-898.491,57	-859.774,81
Gastos com o pessoal	13	-1.698.521,69	-1.642.193,08
Provisões (aumentos/reduções)	10	-67.598,61	
Aumentos/reduções de justo valor	7.2	-1.058,92	821,42
Outros rendimentos	15.9	189.123,95	255.302,83
Outros gastos	15.7	-21.605,02	-22.584,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		270.397,09	309.411,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-227.668,43	-225.450,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.728,66	83.960,65
Juros e gastos similares suportados	15.8	-28.252,20	-29.277,69
Resultado antes de impostos		14.476,46	54.682,96
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		14.476,46	54.682,96

A Entidade

O Contabilista Certificado


Luís Leite
CC n.º 39242



Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		1.151.741,31	874.654,56
Recebimentos de subvenções		1.463.199,34	1.679.534,72
Pagamentos a fornecedores		-1.088.736,66	-1.065.922,92
Pagamentos ao pessoal		-1.574.039,93	-1.502.153,42
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-47.835,94	-13.887,06
Outros Recebimentos/Pagamentos		13.223,45	4.866,57
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-34.612,49	-9.020,49
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-146.888,47	-154.125,98
Ativos fixos intangíveis		-8.302,50	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-155.190,97	-154.125,98
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.940,48	1.672,31
Subsídios e doações		228.360,75	314.056,47
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-137.192,15	-133.608,80
Juros e gastos similares		-28.253,43	-26.853,61
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		65.855,65	155.266,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-123.947,81	-7.880,10
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		507.254,07	515.134,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		383.306,26	507.254,07

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite

C C n.º 39242



Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos fundos patrimoniais no período 2021

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	240.804,23	1.018.623,93	2.691.879,06	208.713,95	4.160.021,17	4.160.021,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
	11.2						
	11.2		208.713,95	-87.151,44	-208.713,95	-87.151,44	-87.151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		208.713,95	-87.151,44	-208.713,95	-87.151,44	-87.151,44
RESULTADO INTEGRAL	3				54.682,96	54.682,96	54.682,96
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	4=2+3				-154.030,99	-32.468,48	-32.468,48
	6=1+2+3+5	240.804,23	1.227.337,88	2.604.727,62	54.682,96	4.127.552,69	4.127.552,70
	11.2						

Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2022

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	240.804,23	1.227.337,88	2.604.727,62	54.682,96	4.127.552,69	4.127.552,69
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
	11.2		54.682,96	-87.151,44	-54.682,96	-87.151,44	-87.151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		54.682,96	-87.151,44	-54.682,96	-87.151,44	-87.151,44
RESULTADO INTEGRAL	3				14.476,46	14.476,46	14.476,46
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	4=2+3				-40.206,50	-72.674,98	-72.674,98
	6=1+2+3+5	240.804,23	1.282.020,84	2.517.576,18	14.476,46	4.054.877,71	4.054.877,71
	11.2						

A Entidade

O Contabilista Certificado



L

ANEXO

(Período 2022)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre

NIPC 501 745 963

1.2 – Sede

Rua General Humberto Delgado, n.º 473

5470-247 Montalegre

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (ERPI).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração, bem como a Resposta Social de Apoio Domiciliário e Creche.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:



- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade.



✓

As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.



As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 3 anos para os projetos de desenvolvimento.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.



✓

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.



L.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.1.2.9 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.



L

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.11 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.12 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



L

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2023.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2022	2021
Caixa	667,40	2.600,00
Depósitos à ordem	382.638,86	504.654,07
Total	383.306,26	507.254,07

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Terrenos e rec. naturais	59.629,30			59.629,30			59.629,30
Edif. e outras construções	6.862.207,42	90.421,73		6.952.629,15	116.061,80		7.068.690,95
Equipamento básico	758.421,30	27.645,30		786.066,60	14.983,91		801.050,51
Equipamento de transporte	186.021,32			186.021,32			186.021,32
Equipamento administrativo	119.353,33	5.260,12		124.613,45			124.613,45
Out. ativos fixos tangíveis	182.037,37	22.878,37		204.915,74	10.285,84		215.201,58
AFT em curso	2.731,75	30.984,84		33.716,59			33.716,59
Sub-total	8.170.401,79	177.190,36		8.347.592,15	141.331,55		8.488.923,70
Depreciações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Edif. e outras construções	2.197.933,73	134.613,31		2.332.547,04	134.231,00		2.466.778,04
Equipamento básico	537.562,42	55.697,11		593.259,53	58.650,23		651.909,76
Equipamento de transporte	167.575,49	5.825,00		173.400,49	5.825,00		179.225,49
Equipamento administrativo	82.935,44	8.852,24		91.787,68	8.814,91		100.602,59
Out. ativos fixos tangíveis	142.814,39	8.902,31		151.716,70	11.239,43		162.956,13
Sub-total	3.128.821,47	213.889,97		3.342.711,44	218.760,57		3.561.472,01
Quantias líquidas escrituradas	5.041.580,32	-36.699,61		5.004.880,71	-77.429,02		4.927.451,69

6 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Projetos de desenvolvimento	185.993,92			185.993,92	7.526,25		193.520,17
Programas de computador	7.788,18			7.788,18			7.788,18
Outros ativos intangíveis	1.660,50			1.660,50			1.660,50
Sub-total	195.442,60			195.442,60	7.526,25		202.968,85
Amortizações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Projetos de desenvolvimento	166.779,50	11.560,86		178.340,36	8.907,86		187.248,22
Programas de computador	7.788,18			7.788,18			7.788,18
Outros ativos intangíveis	1.660,50			1.660,50			1.660,50
Sub-total	176.228,18	11.560,86		187.789,04	8.907,86		196.696,90
Quantias líquidas escrituradas	19.214,42	-11.560,86		7.653,56	-1.381,61		6.271,95



L.

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2020	Aumentos	Diminuições	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Fundo Compensação Trabalho	11.594,75	6.378,45	917,29	17.055,91	6.148,66	3.326,97	19.877,60
FRSS	532,53			532,53			532,53
Total	12.127,28	6.378,45	917,29	17.588,44	6.148,66	3.326,97	20.410,13

7.2 As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2021		2022	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo Compensação Trabalho	821,42			-1.058,92
Aumentos/reduções de justo valor	821,42		-1.058,92	

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2022	2021
Mercadorias		18.007,77
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42.172,70	46.302,56
Total	42.172,70	64.310,33



c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2022			2021		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		64.310,33	64.310,33	20.186,82	46.103,60	66.290,42
Compras		125.168,73	125.168,73	32.399,65	124.938,78	157.338,43
Regularizações		-12.384,15	-12.384,15			
Inventários no fim do período		42.172,70	42.172,70	18.007,77	46.302,56	64.310,33
CMVMC		134.922,21	134.922,21	34.578,70	124.739,82	159.318,52

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2022	2021
Prestação de serviços	887.509,66	847.221,53
Total	887.509,66	847.221,53

10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões		Processos judiciais em curso	Total
Saldo inicial em 01.01.2021			
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras		
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras		
	Alienações		
Saldo final em 31.12.2021 / saldo inicial em 01.01.2022			
Aumentos	Ganhos registados nas demonstrações financeiras		
	Aquisições		
Reduções	Perdas registados nas demonstrações financeiras	67.598,61	67.598,61
	Alienações		
Saldo Final em 31.12.2022		-67.598,61	-67.598,61

10.1 – No final do exercício existiam 2 processos judiciais em curso.

Descrição da potencial reclamação: O Instituto da Segurança Social I.P. (Centro Distrital de Vila Real) reclama junto da Misericórdia de Montalegre o pagamento de



prestações de desemprego que terão sido pagas no ano de 2020 a uma ex. trabalhadora com o fundamento de que, alegadamente, terá sido deferido o pagamento de prestações de desemprego por ter havido cessação do contrato de trabalho por acordo de revogação sem redução do nível de emprego, para reforço da qualificação técnica da empresa, sem que, contudo, tenha sido dado cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 10.º A do Decreto-Lei n.º 220/06 de 03 de novembro.

Notificada da intenção da decisão, foi pela Misericórdia de Montalegre apresentada audiência prévia. Entretanto, foi já proferida decisão em sede administrativa, encontrando-se a decorrer o prazo para a apresentação recurso hierárquico e/ou impugnação judicial, o que acontecerá.

Valor envolvido: 19.024,29€

O parecer do advogado da Entidade no que respeita à atribuição final de responsabilidade: É provável que a Misericórdia de Montalegre, a final, venha a ter que restituir o valor *supra* referido ao Instituto da Segurança Social I.P.

No âmbito do processo n.º 1598/20.2 T8VRL intentado pela Norcep Construções, S.A. contra a ISCM Montalegre relativo a trabalhos a mais no valor de € 395.053,70, foi em 09/03/2023 proferida sentença de condenação da Irmandade ao pagamento da quantia de 48.574,32 euros (acrescida de juros de mora, à taxa legal, comercial, contados desde a data da presente decisão até integral pagamento).

Uma vez que, ainda se encontravam a ser concluídas as contas de 2022, considerou-se prudente, apesar da entidade prever recorrer da sentença, a contabilização de uma provisão para processos judiciais no montante de 48.574,32 euros.

Face ao acima exposto, relativo aos dois processos descritos, foram contabilizadas nas contas de 2022 duas provisões para processos judiciais no montante global de 67.598,61 euros.

Não existem, à data de 31/12/2022, outros pleitos ou ações judiciais, nem assuntos processuais de natureza judicial, reclamações ou outros processos pendentes.



L.

11 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

11.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período, encontrando-se incluídos na rubrica “Outros rendimentos”, na Demonstração de resultados por natureza.

	2022	2021
Imputação de sub. para investimentos	87.151,44	87.151,44

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2022	2021
Instituto da Segurança Social	1.047.566,04	893.694,48
CDSS - AdaptarSocial +	2.526,96	3.040,00
CDSS - SAAS	79.341,00	70.649,40
Administração Regional de Saúde	626.673,92	597.657,22
IEFP	39.597,58	57.290,71
Autarquias	216.000,00	266.000,00
IAPMEI - Compensação Aum. RMMG	4.256,00	1.605,50
Total	2.015.961,50	1.889.937,31



12- Instrumentos financeiros

12.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2021				
CA Empréstimo nº 56051116875	129.526,59	656.825,17	542.302,86	1.328.654,62
RCI Banke nº. 206 50188001	5.200,55	6.216,42		11.416,97
Cobertura de saldos negativos CGD	206,15			206,15
Total	134.933,29	663.041,59	542.302,86	1.340.277,74
2022				
CA Empréstimo nº 56051116875	132.141,00	660.705,00	406.991,98	1.199.837,98
RCI Banke nº. 206 50188001	5.278,44	908,42		6.186,86
Total	137.419,44	661.613,42	406.991,98	1.206.024,84
Variação (2022-2021)	2.486,15	-1.428,17	-135.310,88	-134.252,90

12.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2020	Aumentos	Reduções	2021	Aumentos	Reduções	2022
Fundos Líquidos	240.804,23			240.804,23			240.804,23
Resultados transitados	1.018.623,93	208.713,95		1.227.337,88	55.910,56	-1.227,60	1.282.020,84
Ajustamentos em ativos financeiros							
Outras variações no Fundo Patrimonial	2.691.879,06		-87.151,44	2.604.727,62		-87.151,44	2.517.576,18
Resultado Líquido	208.713,95	54.682,96	-208.713,95	54.682,96	14.476,46	-54.682,96	14.476,46
Total	4.160.021,17	263.396,91	-295.865,39	4.127.552,69	70.387,02	-143.062,00	4.054.877,71

13 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

13.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Final ano
Efetivos	86	86
Termo certo	2	
Termo incerto	15	19
CEI/MAREESS	3	4
Total	106	109
Número médio		108



L.

Gastos com pessoal	2022	2021
Órgãos Sociais:	33.130,17	32.376,62
Remunerações	28.293,57	27.496,06
Encargos seg. social	4.836,60	4.880,56
Funcionários:	1.638.811,22	1.580.148,19
Remunerações	1.377.568,48	1.336.406,54
Encargos seg. social	261.242,74	243.741,65
Seguros	18.174,84	19.487,59
Outros	8.405,46	10.180,68
Total	1.698.521,69	1.642.193,08

13.2 – Órgãos sociais

O número de membros dos órgãos sociais ascende a 17, entre membros efetivos e suplentes, de acordo com a Ata da Mesa Administrativa n.º 1/2020 de 17 de janeiro de 2020.

A Assembleia Geral é composta por 3 membros, a Mesa Administrativa por 8 (5 efetivos e 3 suplentes) e o Conselho Fiscal por 6 (3 efetivos e 3 suplentes).

13.3 – Número médio de voluntários

Não existem

14 – Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

14.2 – A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

14.3 – A 31 de dezembro de 2022 não existiam salários em dívida aos funcionários.

14.4 – Os honorários do Revisor Oficial de Contas, para 2022, são de 4.800,00€.



L.

15 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2022			2021		
Créditos a receber	117.969,64		117.969,64	104.256,33		104.256,33
Imãos	4.233,50		4.233,50	3.710,50		3.710,50
Outros ativos correntes	200.683,17		200.683,17	79.839,81		79.839,81
Total	322.886,31		322.886,31	187.806,64		187.806,64
Passivos	2022			2021		
Fornecedores	18.205,28		18.205,28	21.281,56		21.281,56
Fornecedores de investimentos	1.430,00		1.430,00	1.430,00		1.430,00
Outras passivos correntes	291.184,40		291.184,40	261.990,09		261.990,09
Total	310.819,68		310.819,68	284.701,65		284.701,65

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

15.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2022	2021
Ativo		
EOEP - IVA	13.444,75	16.586,06
Total	13.444,75	16.586,06
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	11.468,38	12.597,89
EOEP - IVA		15.900,52
EOEP - Segurança Social	34.054,21	33.440,47
EOEP - Outros	578,25	552,23
Total	46.100,84	62.491,11



✓

15.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outros ativos/passivos correntes	2022	2021
Ativo - Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	175.619,65	58.514,81
IEFP	23.926,59	16.828,57
Fornecedores saldo devedor	1.136,93	543,26
ISS - Adaptar Social +		3.953,17
Total	200.683,17	79.839,81
Passivo - Outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	270.223,45	261.859,19
Fornecedores de investimentos	1.430,00	1.430,00
Penhoras de vencimentos	138,90	130,90
IEFP	2.124,36	
Cofre utentes	16.991,12	
Outros	1.706,57	
Total	292.614,40	263.420,09

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

15.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2022	2021
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Faturação UCCI	175.619,65	58.514,81
Total	175.619,65	58.514,81
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	3.375,00	7.676,50
Férias e Sub. Ferias a liquidar	229.206,23	206.101,60
Eletricidade, água, comunicação,... a liquidar	37.642,22	48.081,09
Total	270.223,45	261.859,19



L.

15.5 – Diferimentos

Diferimentos	2022	2021
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos Especializados	6.696,97	
Seguros	9.845,89	8.876,91
Limpeza, Higiene e Conforto	12.924,41	
Outros	1,67	453,47
Total	29.468,94	9.330,38
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP	9.454,73	387,00
Comparticipações Creche	10.290,72	
Comparticipações ERPI	35.548,80	
Comparticipações SAD	4.696,80	
Total	59.991,05	387,00

Nota: O valor das participações corresponde a uma participação adicional extraordinária para 2023 para as respostas sociais Creche, ERPI e SAD, paga pelo Instituto da Segurança Social no âmbito da 3.ª Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário assinada a 12 de dezembro de 2022.



15.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2022	2021
Subcontratos	201.827,93	212.875,77
Trabalhos especializados	105.312,99	209.265,35
Publicidade e propaganda	858,74	610,77
Vigilância e segurança	427,14	6.896,15
Honorários	66.702,98	5.341,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	20.303,82	28.821,82
Conservação e reparação-eq. Básico	12.203,93	8.030,83
Conservação e reparação-eq. transporte	2.285,84	5.303,18
Conservação e reparação-eq. administrativo	4.500,00	4.298,86
Serviços bancários	441,20	499,68
Ferramentas e utensílios	5.021,61	7.912,53
Material de escritório	8.335,18	6.320,77
Artigos para oferta	2.927,17	45,29
Rouparia	20.437,36	27.540,65
Encargos saúde dos utentes	25.013,01	11.116,30
Eletricidade	86.796,44	78.982,59
Combustíveis	271.495,22	189.039,77
Água	6.526,15	9.223,07
Deslocações e estadas	2.637,44	3.693,80
Rendas e alugueres	246,00	944,13
Comunicação	8.550,45	9.966,63
Seguros	7.234,40	7.144,36
Contencioso e notariado	186,00	15,00
Despesas de representação	504,53	607,99
Limpeza, higiene e conforto	36.475,11	24.858,68
Outros FSE	1.240,93	419,84
Total	898.491,57	859.774,81

15.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2022	2021
Impostos	2.357,52	9.413,35
Dividas incobráveis		1.097,33
Correções de períodos anteriores	16.647,25	10.010,55
Quotizações	2.600,00	1.980,00
Multas e penalidades	0,25	21,92
Outros		61,83
Total	21.605,02	22.584,98



15.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2022	2021
Juros suportados	28.037,20	29.097,69
Despesas bancárias e comissões	215,00	180,00
Total	28.252,20	29.277,69

15.9 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2022	2021
Descontos pp obtidos	251,83	87,52
Correções de períodos anteriores	6.537,96	50.365,72
Imputação de Sub. Investimento	87.151,44	87.151,44
Comparticipação energia	100,00	789,33
Reposição do subsidio refeição em espécie	87.901,08	88.390,74
Donativos	2.105,37	3.460,59
Fraldas (*)		20.343,43
Outros	5.076,27	4.714,06
Total	189.123,95	255.302,83

Nota: a rubrica de “Fraldas” no ano de 2022 passa a ser considerada em “Prestação de Serviços Secundários”)

15.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 14.476.46€ para Resultados Transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Montalegre, 17 de março de 2023

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



Luís Leite

CC n.º 39242

6.

